

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM

### VINTE E SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

--- Aos vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas nove horas e oito minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de José Luís Nunes, estando ainda presentes Roberto Paulo Ferreira Vieira e Luísa Isabel Henriques Gouveia, como Primeiro e Segunda Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Funchal Sempre à Frente** – Alexandrina Liliana Marinho Alves (PPD/PSD), Alexandre Miguel Carvalho da Silva (PPD/PSD), António Luís Abreu Figueirôa (PPD/PSD), Bruno Alexandre Vieira Bento (PPD/PSD), Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas (Independente), Daniel Almeida Meneses (PPD/PSD), Duarte Paulo Quintal Pereira (PPD/PSD), Fabíola Maria de Sousa Pereira (CDS-PP), Francisco Ilídio Rebolo de Castro (PPD/PSD), Gonçalo Nuno Pimenta Camacho (CDS-PP), Jéssica José Ferreira Faria (PPD/PSD), João Paulo Pereira Marques (PPD/PSD), José Agostinho Freitas Baptista (PPD/PSD), Liana Pestana dos Reis (Independente), Luís Jorge Gonçalves de Freitas (PPD/PSD), Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe (PPD/PSD), Marco António Nunes Dias (CDS-PP), Marco Paulo Teixeira Gonçalves (PPD/PSD), Pedro José Jardim Gomes (PPD/PSD), Raquel João Martins da Silva (PPD/PSD), Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas (PPD/PSD) e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho (PPD/PSD). -----

--- **Grupo Municipal do PS** – Andreia Drumond Caetano, Guido Marcelino Mendonça Gomes, José Gabriel Pereira de Oliveira, José Júlio de Carvalho Gomes Curado, Manuel Pedro Calaça Vieira, Márcia Catarina Sousa Silva, Maria Isabel de Ponte Garcês, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes e Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano. -----

--- **Grupo Municipal do BE** – Egídio Paulo Caires Fernandes, Maria José Santos Gouveia

e Paulo Sérgio Freitas Sousa. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante do PAN** – Joaquim José Batalha de Sousa.

--- **Deputado Municipal Único Representante do PDR** – José Rodolfo de Sousa Alves,  
não compareceu. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante do MPT** – Valter Freitas Rodrigues. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante da CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado.

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Amaro de Bettencourt Calado, da Senhora Vice-presidente Maria Cristina Andrade Pedra Costa e dos Senhores (as) Vereadores (as) Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Bruno Miguel Camacho Pereira, Helena Maria Pereira Leal, João José Nascimento Rodrigues, Cláudia Sofia Frazão Dias Ferreira, Micaela Gomes Camacho, Nádía Micaela Gomes Coelho Vítor Hugo Rodrigues de Jesus e Amílcar Xavier Caires Nunes. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- Verificada a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, abriu a sessão manifestando o seguinte: “Espero que tenham tido umas boas férias e que tenham feito o vosso trabalho na campanha que culminou com as eleições do dia 24. A esse propósito quero cumprimentar e parabenizar os vencedores, bem como os vencidos e quero fazer votos que todos possam desempenhar as suas funções da melhor forma e, em conjunto façam o melhor em prol da Região Autónoma da Madeira. E é com esse espírito que estamos de regresso à Casa da democracia do Funchal. Voltamos a abrir as portas ao debate cívico e construtivo em nome de uma cidade cada vez melhor e capaz de servir os interesses dos seus residentes. De dar as boas vindas aos trabalhadores e a todos os que visitam o Município.” -----

De seguida deu início aos trabalhos dando conhecimento do seguinte expediente: -----

**1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:** -----

**1.1 Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo**, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por António Luís Abreu Figueirôa. -----

**1.2. Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos**, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Liana Pestana dos Reis. -----

**1.3. Rubina Vanessa da Silva Rebelo**, eleita pelo PDR, comunicou a sua ausência sendo substituída por José Rodolfo de Sousa Alves. -----

**1.4. Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli**, eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída por Márcia Catarina Sousa Silva. -----

**1.5. Sérgio Juvenal de Jesus Abreu**, deputado municipal eleito pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituído, na impossibilidade de José António Faria Castanha e de Luana Brazão Fernandes por José Júlio de Carvalho Gomes Curado. -----

**1.6. Luís Filipe de Sá Vieira**, deputado Municipal Independente, comunicou a sua ausência. -----

**1.7. Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Duarte Paulo Quintal Pereira. -----

**1.8. Luís Miguel Moura de Sousa**, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Luís Jorge Gonçalves de Freitas. **1.9. Maria Idalina Fernandes da Silva**, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, eleita pela Coligação Funchal Frente, indicada pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituída por José Agostinho

QM  
L6

Freitas Baptista.-----

**1.10. Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo**, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, eleito pela Coligação Sempre à Frente, indicado pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Bruno Alexandre Vieira Bento.-----

**2. AUSÊNCIA DE VEREADORES (AS):**-----

**2.1. Rúben Dinarte Silva Abreu**, Vereador da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência sendo substituído por Amílcar Xavier Caires Nunes.-----

**3. CESSAÇÃO DA SUSPENSÃO DE MANDATO:**-----

**3.1. Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas**, deputada municipal Independente, comunicou a cessação da sua suspensão de mandato.-----

**4. RENÚNCIA DO MANDATO:**-----

**4.1. Fabiana Sofia Nóbrega Fernandes**, deputada municipal eleita pelo PAN, comunicou a sua renúncia de mandato.-----

**EXPEDIENTE:**-----

**4. CONVITES:**-----

**4.1. O Presidente da Câmara Municipal do Funchal** enviou os seguintes convites:-----

- Abertura da exposição "Funchal Cidade Social, Os Desafios da Habitação", que se realizou no dia 10/07/2023.-----
- Inauguração do Telescópio, que se realizou na Casa do Arieiro - Parque Ecológico do Funchal, no dia 24/07/2023.-----
- Inauguração do CCI – Centro Cultural e de Investigação do Funchal, que se realizou no dia 15/09/2023.-----

**4.2. O Museu de História Natural do Funchal** enviou um convite para as Conferências do Museu, que se realizaram no dia 11/07/2023.-----

**4.3. O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro** enviou um convite para as comemorações do dia da Freguesia, que se realizaram no dia 20/07/2023. -----

**4.4. O Diretor JM-Madeira** enviou um convite para as Jornadas Madeira 2022-23, que se realizaram no dia 21/07/2023. -----

**4.5. O Presidente da Câmara Municipal do Porto Moniz** enviou um convite para a Sessão Solene Comemorativa do Aniversário do Concelho do Porto Moniz, que se realizou no dia 22/07/2023.-----

**4.6. O Senhor Presidente da Casa do Povo de São Roque** enviou um convite para a sessão de abertura da Festa da Nossa Senhora da Alegria, que se realizou no dia 06/08/2023.-----

**4.7. O pároco: Padre Vítor Sousa** enviou um convite para a participação na celebração eucarística da Festa de Nossa Senhora do Monte, que se realizou no dia 15/08/2023.-----

**4.8. O Presidente da Câmara Municipal de São Vicente** enviou um convite para a Sessão Solene Comemorativa do 279º Aniversário do Município, que se realizou no dia 25/08/2023.

**4.9. A Presidente da Câmara Municipal da Ponta do Sol** enviou um convite para a Sessão Solene do 522º aniversário do Município da Ponta do Sol, que se realizou no dia 08/09/2023.-----

**4.10. O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior** enviou um convite para o 590º Aniversário da Freguesia de Santa Maria Maior, que se realizou no dia 26/09/2023.

## **5. PEDIDOS DE INTERVENÇÃO REENCAMINHADOS À CMF: -----**

### **5.1. Da CDU: -----**

- Alerta e solicitação de esclarecimentos sobre a queda de pedras devido à instabilidade da escarpa sobranceira à Levada de São João, freguesia de São Pedro.
- Alerta e solicitação de esclarecimentos sobre a grave carência habitacional da família da D. Anabela Rebelo Francisco. -----

- Alerta para o risco de incêndios no Sítio dos Lombos, freguesia do Monte, junto à moradia nº 12.-----
- Alerta para a intervenção no pavimento da Praia Formosa, que se encontra irregular e desnivelado.-----
- Solicitação de uma intervenção de limpeza das áreas comuns do Complexo Habitacional das Romeiras.-----
- Solicitação a reabertura provisória do acesso às moradias abaixo da Travessa do Lombo da Quinta.-----
- Alerta para a situação de emergência habitacional da família de Valério Andrade Jardim.-----
- Alerta para um derrame de água junto à Tabacaria Phelps.-----
- Pedido de esclarecimento sobre as infiltrações verificadas no apartamento do bloco C, Cave esquerdo, na Rua da Escola do Galeão da SOCIOHABITAFUNCHAL, arrendado a Martinha Abreu.-----
- Solicitação de uma intervenção na Casa nº 69, Porta 36 do Bairro da Quinta Falcão, onde reside a família de José Manuel Ramos.-----
- Solicitação de uma intervenção na limpeza de um terreno na Rua dos Frias.-----
- Colocação de várias questões sobre a colocação de contentores coletivos de lixo, no alto do Curral Velho, na freguesia de Santo António.-----

--- De seguida, após a dispensa da leitura da **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três** e da **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três**, que foram previamente distribuída a todos os Senhores (as) Deputados (as), o Senhor Presidente da Assembleia colocou-as à votação, sendo **aprovadas por unanimidade** com trinta e seis votos, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, sete

Handwritten signature and initials, possibly "JPM" and "26".

votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

- **INTERPELAÇÃO À MESA:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, sobre o documento apresentado pela CDU perguntou qual foi o critério da Mesa para o aceitar, uma vez que, a sua aprovação redundará em absolutamente nada, porque a Câmara e a Assembleia Municipal por maioria de razão, não tem qualquer competência para assumir o que ali está escrito. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** esclareceu que, dentro da liberdade de expressão que todos têm, o critério da Mesa é de aceitar e colocar à Assembleia todos os documentos. --

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, da CDU**, sobre a interpelação que ali foi colocada, disse que também é feita a referência à Estratégia Local de Habitação e que da mesma forma que o Município do Funchal tem apresentado um conjunto de projetos que esperam que possam vir a ser concretizados no terreno, utilizando o próprio PRR, não veem de que forma é que aquele documento e do peso que o Município, do Funchal tem, não possa intervir não só junto ao Governo Regional, mas também junto ao Governo da República para garantir as medidas que estão colocadas naquela Moção.-  
Depois apresentou a **Moção - Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação**: "Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública. -----

Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das  
Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta





pública eficaz e indispensável à regulação do sector.-----

Estas medidas não estão no chamado pacote "mais habitação". Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional. -----

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabe designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano. -----

**A Assembleia Municipal do Funchal reunida a 27 de setembro do corrente ano, delibera:-----**

1. Reclamar a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital;-----

2. Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;-----

3. Exigir do Governo as ações necessárias à concretização da resposta ao levantamento



P  
Jm  
U.

de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes." -----

**- INTERPELAÇÃO À MESA:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, interpelou a Mesa para que esclareça em que período da ordem do dia se encontram, uma vez que existem dois períodos: assuntos de interesse municipal e de documentos que tenham sido entregues. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** esclareceu que uma vez que a Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado já fez a abordagem da Moção, estão no período de documentos entregues, por isso, as intervenções serão feitas nesse sentido. -----

**- INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, relativamente à Moção apresentada pela CDU, diz que, no seu entender, a mesma inteligentemente remete o problema para o Estado e propõe que se reclame junto do mesmo as medidas que são expostas na referida Moção, uma vez que, tal como a maioria dos funchalenses, não veem aquela autarquia a tomar as medidas necessárias que lhes compete, porque não têm vontade nem interesse na proteção para a maioria da população, mas sim nos interesses que estão no meio do mercado imobiliário, nomeadamente o Alojamento Local e os vistos Gold, que incrementam o valor para compra e arrendamento no mercado de habitação. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, da CDU**, em relação ao documento em discussão, clarificou as seguintes questões: no parágrafo é dito, *Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional. Sem prejuízo do papel que*

JP  
16

*o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabe designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.* -----

Depois faz referência que: "nós aprovamos nesta mesma sala a Estratégia de Habitação Local, por isso, esta Moção não só faz uma referência ao papel importante que o Município no sentido de exigir do Governo da República e do Governo regional os meios necessários, para fazer face a um problema que é sentido por todos e da forma como muitas famílias funchalenses têm sido afetadas pelo problema da habitação. Logo, não é um remeter o problema da habitação para resposta única e exclusiva do Estado, é exigir sim do Estado, uma resposta que tem que ser dada a todo o território, em que o caso do Funchal não é exceção." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, sobre o que proferiu o Senhor Deputado Municipal do BE sobre aquela Moção e também para o proponente da mesma, julga que engenhosamente à custa de quererem assegurar o direito à habitação, algo que acha que todos ali partilham, nunca falem de construir mais, facilitar o investimento em construção, facilitar o acesso à habitação, mas sim de proibir o Alojamento Local e os vistos gold, aumentar os impostos e cristalizar ainda mais o mercado de arrendamento. E a prova de que não é esse o caminho, é o efeito que o Pacote Mais Habitação teve já sobre o preço das rendas em Lisboa e sobre o número de imóveis disponíveis no mercado de arrendamento em Lisboa. -----

Depois lembrou todas as obras de reabilitação e de requalificação dos bairros municipais, que se iniciaram em dois mil e vinte e dois, após oito anos de estagnação: Ribeira Grande – obra concluída; Palheiro Ferreiro, setenta frações – obra concluída; Bairro dos Viveiros, pintura exterior – obra concluída. -----

P  
Am  
li.

Em dois mil e vinte e três: Bairro da Quinta Falcão – obra concluída; Bairro de Santo Amaro – a decorrer; Elevadores da Várzea a decorrer. -----

Logo, aquele executivo reconhece o problema da habitação, contudo, crêem que ele não se resolve com a abordagem que está a ser feita, e ainda mais colocando à aprovação documentos para os quais nem aquela Câmara nem aquela Assembleia têm competência, por isso obviamente votarão contra aquela tentativa de mascarar um problema. -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, pediu ao Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques que lhe esclareça, o que é que considera quando, durante os oito anos, a Câmara do Funchal foi a única entidade que construiu quatro empreendimentos de habitação social. -----

O que é que chama à construção da Estratégia Local de Habitação, que é um instrumento que permite o financiamento que agora possibilita avançar para uma série de construções que estavam previstas na mesma e que foi ali aprovada. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, contrapôs dizendo que a Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes seria a última pessoa que julgava ter o atrevimento de falar sobre habitação, porque é o símbolo da incapacidade que aquela Câmara teve ao longo dos últimos anos no que diz respeito à habitação social. Pois a única coisa com a qual foi conhecida, foi ter um administrador da SocioHabitaFunchal que recebia, mas não trabalhava. E que sempre que a mesma falar de Estratégia Local de Habitação, irá lembrar-lhe as noventa famílias que prometeu realojar na Estratégia Local de Habitação e que nunca as realojou. -----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques, disse lhe parecer que o mesmo

padece de alguma amnésia, uma vez que tudo aquilo que referiu até ao momento no que diz respeito à habitação, grande parte ou praticamente tudo foi lançado durante esses oito anos que diz nada ter sido feito, e deixado o caminho preparado para o atual executivo hoje inaugurar, construir, fazer e criar.-----

Foi ainda criado o Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada a Estratégia Local de Habitação e foi firmado um acordo com o IHRU para financiar vinte e sete milhões de euros que estão no terreno.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, também contestou que nos últimos oito anos do executivo anterior, apenas a Câmara Municipal do Funchal foi a única entidade da Região Autónoma da Madeira que construiu habitação, num total de sessenta e seis fogos.-----

Relativamente à Moção apresentada pela CDU concorda que efetivamente a Câmara pode encetar diligências quer com a entidade do Governo Regional quer com a entidade do Governo da República. E que apenas lamenta que também não refira algumas medidas que pudessem ser levadas a cabo, nomeadamente previstas na Estratégia Local de Habitação, que hoje permite ao Município aceder a financiamentos no âmbito do PRR e que possa levar a cabo a construção de habitação, porque se não fosse essa Estratégia Local de Habitação, aprovada em dois mil e dezanove, onde o Município do Funchal foi pioneiro na Região, muito antes sequer do Governo Regional, hoje não estariam em condições de aceder a tais financiamentos.-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que independentemente daquilo que possa ter sido feito nos últimos oito anos, o problema da habitação existe na Região, no País e no Mundo inteiro, e que a Região Autónoma Madeira tem um grau de cobertura de habitação social de 5%, que é o dobro daquilo que existe a nível nacional. Porque só a Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, até dois mil e treze, construiu mil e trezentas frações, que

R  
Jm  
L6.

se juntarem àquilo que o IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, executou, têm mais de três mil frações no Funchal. -----

Realçou que estão focados em arranjar soluções para aquela matéria e, que nesse sentido, lembrou que não só é importante a construção de nova habitação, como é importante reconstruir as habitações que estão degradadas, como é importante dar condições para o futuro, quer para privados em termos de cooperativas de habitação, quer para o setor público construir. Por isso, a exemplo do que já existiu no Plano Diretor Municipal, querem incentivar novamente as cooperativas de habitação, fomentando e dando um privilégio de construção acrescida às mesmas, voltando a colocar essa majoração de mais 25%, para incentivar o seu reaparecimento. Para além disso, lembrou que têm tido a preocupação de apoiar a habitação desde a primeira hora que chegaram à autarquia, por isso, em dois mil e vinte e dois investiram dois vírgula um milhões de euros na reconstrução de habitação social, em dois mil e vinte e três um milhão de euros e para dois mil e vinte e quatro têm oitocentos mil euros, logo, têm quase quatro milhões de euros destinados só à reconstrução, fora os apoios que estão a fazer para o aparecimento de nova habitação. ---

Sobre a Estratégia Local de Habitação, disse que não está em causa que os vinte e oito milhões de euros para os duzentos e dois fogos e a sua aprovação, apenas lamentam que a mesma tenha sido aprovada em finais de dois mil e vinte e passados um ano e meio, ainda não esteja nada concretizado no terreno, pois todo o sistema que está montado demora imenso tempo para ser feita a aprovação. Como exemplo, disse que a nova construção da Nazaré esteve mais de nove meses para ser aprovada no IHRU, e que já lá têm o projeto do Bairro da Ponte há cinco meses para ser aprovado. Logo, por terem um prazo até dois mil e vinte e seis para acabar os projetos do PRR, perguntou a quem vão imputar responsabilidades, se nessa altura não tiverem os projetos concluídos. Tal como têm outras questões sobre a reabilitação de pessoas que foram afetadas por uma



intempérie, e que não conseguem obter respostas, porque pura e simplesmente não atendem o telefone.-----

Sobre a Moção apresentada, disse que o que compete à Câmara Municipal do Funchal fazer, para além da construção de habitação, é ajudar as famílias carenciadas, por isso lembrou que:-----

- No momento decorre o Subsídio Municipal de Arrendamento, que visa apoiar as pessoas com dificuldades no arrendamento. Onde no ano de dois mil e vinte e dois atribuíram um milhão e duzentos mil euros de apoio, e no ano que decorre, dois mil e vinte e três, já apoiaram com um milhão cento e trinta e dois mil euros, o que faz com que quase novecentas famílias estão a beneficiar daquele apoio.-----

- Também estão a investir na reconstrução dos bairros sociais, no valor de quatro milhões de euros.-----

Terminou pedindo a colaboração política para que as entidades a nível nacional agilizem aquele procedimento de aprovação, para poderem pôr na prática aquilo que querem fazer.

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, sobre o executivo anterior ser acusado de nada fazer após a aprovação da Estratégia Local de Habitação, lembrou que só poderiam avançar depois de o Governo Regional também aprovar a sua Estratégia Regional, coisa que demorou muito tempo a fazer. Contudo, também lembrou que o atual executivo tomou posse em dois mil e vinte e um, e desde essa altura, tirando aquilo que já ficou pronto e que vai começar, ainda não há nada no terreno a nível de construção.-----

Sobre a Região ter o dobro da habitação social que tem o Continente, lembrou que a nível regional existe o maior índice de pobreza de todo o País, o que faz com que as pessoas recorram a uma solução habitacional.-----

Lembrou ainda, que o anterior executivo construiu sessenta e oito fogos de habitação social

a expensas do orçamento próprio, apesar de estarem a pagar a dívida deixada por executivos anteriores dos quais o Senhor Presidente atual fez parte. Por isso, se a Câmara está tão financeiramente saudável, porque é que não constroem habitação com orçamento próprio. -----

Recordou também, que o Programa do Subsídio Municipal ao Arrendamento e do PRESERVA, foram instrumentos de apoio à habitação que o anterior executivo construiu para ajudar a resolver aquele problema, logo, o que o atual executivo tem feito são apenas alterações aos regulamentos. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por relembrar à Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes que o trabalho do executivo anterior foi tão bem feito que perderam as eleições. Depois replicou que aquilo que disse é que, entre dois mil e vinte e finais de dois mil e vinte e um, o que encontraram daqueles projetos na Câmara, foi zero. Porque os projetos de especialidade e de arquitetura não estavam prontos e que estava apenas aprovada uma intenção de aprovação, por isso, desde novembro de dois mil e vinte e um e o ano de dois mil e vinte e dois, estiveram a trabalhar com afinco nos mesmos e que estão há nove meses à espera que o IHRU em Lisboa aprove um projeto que está correto, avaliado, terminado e validado por ambas as entidades. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, contestou que quem resolveu o problema da habitação foram os governos da República do Partido Socialista, que permitiram o financiamento a 85% de toda a construção de habitacional social que existe no Funchal. Depois voltou a desafiar o Senhor Presidente da Câmara, a fazer o mesmo que o anterior executivo fez ao construir vários complexos habitacionais a expensas do orçamento municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou a **Moção - Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à**





**habitação, apresentada pela CDU, à votação não sendo aprovada** com vinte e quatro votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda treze votos a favor sendo nove votos do PS, dois votos do BE, um voto do PDR, um voto da CDU e uma abstenção do MPT. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS,** abordou o seguinte: "O assunto que gostaria de falar prende-se com a Unidade de Execução da Praia Formosa e a discussão pública que decorreu no passado mês de agosto. Foram várias as participações apresentadas pelo grupo municipal do Partido Socialista, entre pedidos de esclarecimentos, sugestões e reclamações. De qualquer modo a devido tempo será elaborado o relatório e trazido a esta Assembleia, e gostaria de não deixar passar e manifestar que os documentos que foram apresentados à discussão pública, revelaram uma falta de compromisso e de definição relativamente àquilo que se pretende que venha a ser o desenho urbano na Praia Formosa. A Unidade de Execução tal como foi apresentada não acrescentou praticamente nada relativamente àquilo que já resulta do PDM em vigor, e o que poderia e deveria ser vinculativo, nomeadamente, o atravessamento vertical, o desenho urbano não o são. Em 2021 foram apresentadas plantas e desenhos, ainda que meramente preparatórios que podem ser consultados online, daquela que era a intenção do então executivo relativamente à Unidade de Execução, de acordo com o que resulta do PDM, nomeadamente, do artigo 92º. O atual executivo municipal que iniciou funções há 2 anos, muito pouco fez durante este período, e a presente Unidade de execução que nos foi apresentada resultou de um excelente trabalho técnico, mas denota um fraco compromisso político naquelas que poderiam e deveriam de ter sido as opções do Município. Remetem praticamente tudo para um momento posterior, nomeadamente

aquando da celebração do contrato de urbanização. Não assumem nem se vinculam além daquilo que resultã do Plano Diretor Municipal e da Lei, defraudando aquelas que são as legítimas expetativas dos funchalenses. O executivo parece não fazer ideia daquilo que se pretende para a Praia Formosa, esperando que sejam os promotores a dizerem para então depois decidir. Prova disto é o que assistimos de algum tempo a esta parte, nomeadamente dos proprietários das parcelas da Praia Formosa, ao já comercializarem frações futuras, mas com área e desenho urbano definido. Os promotores sabem exatamente o que querem e sabem quais as regras em vigor. Relativamente ao resto serão provavelmente estes a definir como e em que termos o pretendem. Esperava-se da parte do executivo um compromisso na defesa do interesse coletivo, pois nada impedia de assumirem já, compromissos claros e transparentes.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, analisando os dois anos de governação do executivo, apelou ao Senhor Presidente da Câmara para que nos dois anos de governação que ainda faltam, ter uma presença concreta no terreno para conferir a dificuldade dos idosos com baixas reformas e dos jovens que não alcançam emprego nem adquirir habitação. E efetivar a remodelação interna dos bairros sociais, a reparação das estradas, a elaboração de mais estacionamento, a teleconsulta para os funchalenses e a melhoria do saneamento básico. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** sobre a intervenção da **Senhora deputada Andreia Caetano** expôs:-----

- Quanto à Unidade de Execução da Praia Formosa, estão no terreno e que até ao final do corrente ano irão ter a aprovação de licenciamento dos projetos. -----

- Sobre todas as outras considerações que já foram feitas irá deixá-las com a Senhora Deputada, porque aquilo em que ele e toda a sua equipe, nomeadamente o Vereador João Rodrigues que tem feito um trabalho excelente naquela matéria, estão focados, é de dar

confiança aos promotores e sobretudo à população, para não se sentir defraudada contrariamente à mensagem que foi tentada passar para fora, pois aquele espaço vai continuar a ser público, com acessibilidades gratuitas à praia, vai ter o maior jardim do Funchal e vai ter estacionamento público.-----

**Ao Senhor Deputado Municipal Valter Rodrigues** disse que apesar de só estarem nos primeiros 50% do mandato, estão a fazer tudo o que está ao seu alcance e preparados para implementar todas as soluções que o mesmo evidenciou. -----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que prescindiu de o apresentar. -----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, colocou as seguintes questões:-----

- Sobre as denúncias referidas na página quatro do Relatório, quis saber quantas é que ocorreram e a que se referem.-----

- Acerca do Programa do Concurso de Ideias para a criação do novo logotipo da Assembleia Municipal do Funchal, pergunto se é requisito ter cor laranja no mesmo, à semelhança do que já acontece com a Câmara Municipal do Funchal e com toda a imagem que agora é transversal àquela instituição.-----

- Em relação à elaboração de uma tabela relativa à recolha de legislação no âmbito do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, questionou se aquela elaboração prende-se com o facto da Comissão Nacional de Eleições, num processo em que foi elaborada queixa pelo Partido Socialista e também remetida para o Ministério Público, dar

*Handwritten signature and initials*  
26

conhecimento à Comissão Nacional de Proteção de Dados para os devidos efeitos da utilização da base de dados dos consumidores de água do Município do Funchal, para finalidade diversa daquela que determinou a sua recolha, no que dizia respeito à publicidade que foi feita e remetida juntamente com a conta da água aos munícipes. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, da CDU**, sobre as obras que aparentemente deveriam de já ter ocorrido na estação dos viveiros, quer da suposta cantina, das casas de banho e do espaço onde os próprios trabalhadores tomam banho, gostaria de saber se há algum tipo de desenvolvimento em relação às mesmas. ---

Em relação ao suplemento de insalubridade e de penosidade atribuído aos trabalhadores da área do alcatrão, gostaria de saber em concreto quem está a receber e quais são os critérios de atribuição, tendo em conta que dentro do mesmo setor uns recebem e outros não, o que dificulta a compreensão dos trabalhadores sobre esses critérios. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, questionou o seguinte: -----

- No site da Câmara Municipal do Funchal só se encontra o balanço social de dois mil e vinte, por isso quis saber onde é que se pode consultar os balanços sociais seguintes. ----

- No que diz respeito às Bolsas do Ensino Superior houve a receção de duas mil quinhentos e oitenta e oito candidaturas e foram deferidas duas mil trezentas e sessenta, pagas na totalidade. Por isso, fazendo o computo geral, quantas bolsas é que foram e qual foi o valor que a Câmara investiu naquele programa? -----

- Quis saber onde é que se pode consultar o regulamento do 55+ e a lista das lojas aderentes. -----

- Também quis saber se a cor da Câmara Municipal do Funchal mudou de amarelo e roxo para laranja e roxo. E se mudou, foi a partir de quando e se vão alterar toda a questão de comunicação na Câmara. -----

Depois disse que nos mandatos anteriores a Rede de Teatros Portugueses passou a contar com o Teatro Municipal Baltazar Dias, e quis realçar duas peças que estiveram no Teatro, *Ainda Marianas* e a *Casa Portuguesa*, de enorme qualidade, do Teatro de D. Maria e também a exposição de *Resíduos da Purga Doce*, que aconteceu na Capela da Boa Viagem, onde se pôde perceber muito bem o passado de escravatura associado ao trabalho do açúcar na Madeira. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** explanou o seguinte:-----

- Quanto aos processos que estão na auditoria, disse não ter esse detalhe, mas logo que o tenha irá transmiti-lo. -----

- Sobre a queixa que o Partido Socialista fez à Comissão Nacional de Eleições, lembrou e tranquilizou a população que irão continuar a trabalhar todos os dias para o povo e informando-os daquilo que fazem. Logo, o que foi colocado na fatura da água foi, uma informação daquilo que a Câmara tem disponível para ajudar as pessoas e que quando a Comissão Nacional de Eleições der a sua opinião responder-lhes-ão. Lembrou também, que aquando da campanha eleitoral em dois mil e vinte e um, a cidade do Funchal foi inundada nos mupis, nas publicidades e também nas faturas de água da Câmara Municipal do Funchal, que era uma cidade *A Capital da Confiança* e que era tudo na cor azul. -----

- Em relação à questão da mudança das cores da autarquia, considerou-a caricata, porque até as capas continuam a ser na cor azul, a cor predominante quando chegaram ao Município, logo, nessa altura também podiam ter perguntado se o Braço da altura era para mudar de amarelo e roxo, para azul.-----

E como é óbvio, não cores da Câmara continuarão a ser as mesmas, roxo e amarelo. -----

- Relativamente às Bolsas do Ensino Superior esclareceu que existem duas mil quinhentas e oitenta e oito candidaturas recebidas e aprovado para o ano letivo de dois mil e vinte e dois / dois mil e vinte e três, um milhão quatrocentos mil e duzentos e cinquenta euros, um

aumento de 81% em relação ao valor que era dado em dois mil e vinte e um. -----

- No que diz respeito à Rede de Teatros Nacionais subscreveu inteiramente e ficou satisfeito com aquilo que disse a Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes. Considera que a cultura é para todos e aquilo que têm tentado fazer é abrir a Casa da Cultura a toda a gente e que assim continuarão a fazer esse trabalho.-----

- No que concerne ao Subsídio de Penosidade disse que o executivo em dois mil e vinte e dois, está a pagar, com retroativos a janeiro de dois mil e vinte e dois, esse subsídio. Fizeram um levantamento técnico e certificado por parte das entidades competentes em várias áreas, e mediante essa aprovação foi processado o pagamento. Por, honestamente considerar que há mais trabalhadores que o merecem receber, estão a trabalhar nesse sentido, para depois o Tribunal de Contas colocar em causa os pagamentos que estão a fazer.-----

- No que respeita ao número de beneficiários e ao regulamento do Cartão 55+, foi informado de que está no site da própria Câmara, nos Apoios Sociais.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, começou por referir que a atual Câmara Municipal, tirando a gestão corrente e necessária, não apresenta projetos e ideias novas, mas apenas têm se pautado em adaptações aos regulamentos que já existiam. Depois, sugeriu para que atualizassem no site da Câmara Municipal do Funchal o Regulamento da Propaganda e Publicidade, porque aquele remete para um documento datado de mil novecentos e noventa e quatro, em que as taxas são em escudos. Também quis saber se existe alguma fiscalização sobre quem reside nas habitações geridas pela SocioHabitaFunchal, porque existem apartamentos que, à data, foram atribuídos consoante o número do agregado familiar, mas que, entretanto, esse diminui e as pessoas mantêm-se nessa tipologia, quando existem casos de pessoas que necessitam dessas tipologias. -

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, questionou o

AM  
20.

seguinte: -----

- Como é que está a ser tratado o assunto do Bombeiro Sapador que foi vítima de agressão em serviço? -----

- Se há a possibilidade de fazer um arrendamento a particulares para ajudar as famílias que estão sem teto. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, referiu que no site só encontram o Regulamento do Cartão Sénior e não o do 55+ e por não existir o cartão sénior e não se recordar que tenha sido trazido àquela Assembleia o seu regulamento para ser aprovado, como é que lá está um Regulamento para o mesmo? Também elucidou o Senhor Presidente da Câmara que na Coligação Confiança existem vários partidos, entre eles o Partido Socialista, e é a Coligação Confiança que está na Vereação, mas na Assembleia Municipal o que têm é o Partido Socialista e os outros partidos que compunham a Coligação. -----

Sobre a cor laranja, apesar do Senhor Presidente dizer que não mudou nada na cor do Município, nos eventos, na comunicação, nas contas da água e no facebook, só vê a cor laranja, que é uma cor associada ao PSD. Porque as cores do Município basearam-se nas árvores jacarandá roxos e tipuanas amarelas que havia na cidade. E por até os sacos com material para as eleições que foram entregues para as assembleias de voto serem laranja e escrito CMF, é que perguntou se a cor do Município mudou. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu: -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes** que irão verificar o Regulamento da Propaganda e Publicidade datado de mil novecentos e noventa e quatro e naturalmente atualizá-lo. -----

- Quanto aos bairros sociais e ao acompanhamento que é feito, transmitiu que a SocioHabitaFunchal tem mais de mil e trezentos e mais de duas mil pessoas que estão a



P  
JM  
Co:

utilizar os complexos habitacionais, e nos últimos tempos fizemos vinte permutas de situações como as que referiu. Mas o problema dessa situação é que há uns atrás as famílias eram numerosas, por isso essas habitações tinham uma tipologia que não estão adequadas há realidade familiar de hoje, e é difícil encontrar uma alternativa para aquelas pessoas que hoje vivem sozinhas numa tipologia T2 ou T3, porque o problema é que não existem T1 disponíveis. Para além de que os projetos que deixaram dentro da Estratégia Local de Habitação, também não estavam adequados à realidade, daí estarem a promover a alteração de alguns projetos adequados à tipologia destas novas famílias, mantendo a mesma área construtiva, mas tentando fazer mais frações com tipologias mais baixas.-----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Valter Rodrigues**, disse desconhecer a situação de agressão do Bombeiro Sapador, porém se foi durante o período de trabalho naturalmente irão tentar averiguar.-----

- Sobre o arrendamento de habitação, disse ter a indicação de que a SocioHabitaFunchal esteve no mercado a tentar encontrar fogos para aquela arrendar, e mesmo não tendo incluído uma limitação de valor de arrendamento, não apareceu qualquer empreendimento nem qualquer intenção.-----

- **À Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes** no que se refere às cores, tranquilizou toda a gente que o que é institucional assim vai continuar. Embora continue a achar que aquela preocupação do Partido Socialista, não é uma situação brilhante em termos de preocupação social.-----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do PS**, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara se referindo à Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes, disse por mais do que uma vez que a mesma não nasceu na Madeira, perguntou onde é que o mesmo nasceu? Respondendo de seguida que nasceu nos Anjos em Lisboa



na Avenida Almirante Reis.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, perguntou sobre o ponto de situação das famílias desalojadas do Canto do Muro III.-----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente**, disse que já se passaram duas horas desde o início daquela sessão e o que a comunicação social irá colocar transmitir, é que o Partido Socialista está preocupado onde é que cada um nasceu e a cor de sacos e de carpetes.-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que quando surgiu o último temporal houve catorze famílias que foram afetadas no complexo habitacional do Canto do Muro. Logo no início do problema conseguiram realojar 50% dessa população, sete famílias foram realojadas em outros bairros municipais e em soluções que a Câmara encontrou. No momento estão sete famílias por ter a situação regularizada, dessas, a Câmara encontrou solução falando a quem de direito e pedindo agilidade na resolução. Das obras necessárias, foram executadas em duas semanas e puseram-nas prontas com eletricidade, com água, pintadas e com mobílias recuperadas. As famílias também têm lá os seus pertences, mas há dois meses que estão a aguardar que alguém a nível nacional, tenha a sensibilidade de pelo menos atender o telefone ou que pelo menos vejam os emails, para assinar um papel a dizer que podem fazer aquela entrega ao Município do Funchal para realojarem essas pessoas.-----

Depois disse ao Senhor Deputado Municipal José Gabriel Oliveira, que nunca questionou onde a Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes tinha nascido, apenas perguntou se a mesma tinha chegado há muito ou há pouco tempo à Região. Como tal, não admite que o Senhor Deputado fale nos termos em que falou, pois não faltou ao respeito nem fui mal-



educado com ninguém. -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, relativamente às famílias que necessitaram de realojamento e que depois decidiram regressar às suas habitações, quis saber se estão reunidas as condições de segurança para lá voltarem. ----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, voltando à questão das cores manifestou: "O Partido Social Democrata está no poder há 47 anos e tem misturado as Câmaras, o Governo Regional, todos os níveis de poder com o nível partidário. O PSD e o Governo Regional acham e fazem as pessoas acreditar que o PSD é o Governo, que o PSD é a Câmara e que é legítimo gerir politicamente toda uma Região com base nesta lógica de que o laranja é o poder. Estas questões não são semânticas, estas questões mostram como é que é gerida a coisa pública na Região Autónoma da Madeira desde há 47 anos. Por isso, acho muita graça que o PSD se ria, mas eu acho que o CDS já não se ri tanto, porque de repente o CDS que era um partido que fazia parte com a cor azul, desapareceu no mar do laranja. Portanto, o laranja utilizado na comunicação e o laranja utilizado nos eventos, é intencional e é para mostrar à população menos alerta que o PSD é o poder e que os dinheiros se podem todos misturar." -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, expressou: "Relativamente às habitações em prédios do Estado, que o Senhor Presidente diz já terem sido efetuadas obras, terão tido autorização para tal e terão posse desses prédios. Por isso, provavelmente a culpa não será de quem também deu autorização para essas obras, mas de alguma questão legal que poderá estar associada, contudo também já sabemos que o Senhor Presidente desvaloriza e acha que as questões legais atrapalham."-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** ao Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes

AM  
Lb.

clarificou que depois do temporal mantiveram e pagaram uma segurança privada durante vinte e quatro horas, sete dias por semana, para ter aquelas habitações em segurança e não deixar ninguém entrar à revelia dos seus proprietários. Mas se houve famílias que voltaram às suas habitações à revelia das instruções da autarquia, foi por sua conta e risco, porque, como já referiu, estão a tratar e a trabalhar em várias soluções, porque é evidente que a situação do RG3 não é o ideal. -----

E ao contrário do que disse a Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano, não passaram por cima de questões legais, porque a Câmara na sua boa fé e com base numa autorização informal, exatamente porque tinha urgência em resolver aquela situação, fizeram as obras para apetrechá-las de boas condições. O problema é quando se cruzam vontades no Continente, entre alguns organismos em que passa de um organismo para organismo. ----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, manifestou que uma vez que o concurso lançado pela SocioHabitaFunchal para arrendamento de habitação não conseguiu o seu objetivo, é preciso lançar outro tipo de situação para terem algo concreto para que as pessoas fiquem resolvidas. Contudo, consideram que a SocioHabitaFunchal faz um bom trabalho e acreditam que a Câmara vai ter algo brevemente para as pessoas.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, entregou à Mesa uma Proposta de Alteração ao **Ponto Dois - Pacote Fiscal 2024, ao abrigo do disposto nas als. c) e d) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09 - Participação no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)**, sendo depois distribuída aos líderes dos municipais presentes. -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Dois - Pacote Fiscal 2024, ao abrigo do disposto nas als. c) e d) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**:-----

P  
AM  
L6

- **Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)**.-----
- **IMI Familiar – Prédios de Sujeitos Passivos com Dependentes a Cargo**.-----
- **Participação no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)**.-----
- **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)**.-----

Que elucidou: "Este ponto insere-se numa estratégia clara e definida, apresentada com longevidade na estratégia de redução máxima dos impostos e das taxas que são receita da Câmara Municipal do Funchal e que só ela pode abdicar.-----

O primeiro ponto é a fixação do **Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)**, no mínimo que o código do IMI prevê, que é 0,3%, e no agravamento em 30% dos prédios devolutos. -----

A segunda proposta é a redução das deduções máximas por cada dependente também previstas no estatuto dos benefícios fiscais, e é o **IMI Familiar – Prédios de Sujeitos Passivos com Dependentes a Cargo**. Portanto colocamos a maior dedução que existe e que a lei permite para vigorar no ano de 2024. -----

A terceira medida é o pacote fiscal no que toca ao reembolso do **IRS para 2024**, devo vos dizer que inserido numa calendarização, numa estratégia que dê confiança, estabilidade e segurança aos empresários e aos munícipes do Município do Funchal, não vai ser apresentada qualquer proposta para fazer a tributação da DERRAMA, que é um imposto adicional ao IRC, porque decidimos continuar a não aplicar e assim fá-lo-emos até 2025. Mas tínhamos, também, estabelecido uma devolução progressiva do IRS ao contrário do que foi feito em 2020 que não foi devolvido nem um cêntimo às famílias do Funchal. Para 2024 propõe-se a devolução de 4% do total de 5% que a Câmara Municipal do Funchal arrecada de receitas de IRS, e isto materializa-se em 5,6 milhões de euros. Devo também deixar aqui a nota que desde que entramos neste executivo, 2021, até a este pacote para 2024, a Câmara materializa e reembolsa ao erário das famílias que residem no Funchal 13 milhões e 400 mil euros.-----

Am  
26

A última medida é a **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)** que mantemos nos 0,25%, a exemplo do que tem sido feito nesta Casa nos últimos anos."-----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS,** fez a seguinte intervenção: "No que diz respeito ao IMI Familiar na continuidade daquilo que já tinha vindo a ser aplicado pelos executivos anteriores, assim como a devolução do IRS aos munícipes, gostaria de referir que no que diz respeito ao IRS e naquelas que foram as promessas do Funchal Sempre à Frente PSD/CDS, da devolução dos 5% aos munícipes, que não vão conseguir cumprir com aquela que foi a vossa promessa. Ainda que não tenha na altura sido falado em progressivo, o Senhor Presidente já disse nesta Assembleia que a devolução será feita de forma progressiva e isso foi uma coisa que foi assumida após as eleições, ainda assim a taxa que nós hoje vamos aprovar, os 4%, que vão ter aplicação nos rendimentos obtidos no ano de 2024, só serão devolvidos em 2025. Portanto, os 5% não vão ser devolvidos em 2025, último ano do mandato do Senhor Presidente, não conseguindo cumprir com a sua promessa de em 2025, último ano do mandato, os funchalenses verem devolvidos os 5% do IRS. Daí o Partido Socialista apresentar a proposta de alteração para que sejam devolvidos os 5% dos 5% que o Município recebe, e que seja aplicada a taxa zero e não 1% como pretende o executivo, de forma a que possa cumprir aquilo que prometeu e que em 2025 efetivamente os munícipes recebam e vejam devolvidos nas suas contas os 5% do IRS."-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente,** sobre a estratégia fiscal do Município do Funchal disse que na campanha eleitoral do Funchal Sempre à Frente, foi sublinhado pelo Dr. Pedro Calado que iriam ter uma estratégia e planeamento fiscal para os munícipes e para os empresários da cidade do Funchal, logo, foi apresentada naquela Casa a eliminação da DERRAMA, que

P  
JM  
26.

mereceu o voto contra do Partido Socialista. Por isso, se tivessem seguido a fórmula do Partido Socialista, atualmente não haveria um melhor bem-estar social na cidade do Funchal, não teriam projetos de habitação na cidade do Funchal e não existiriam jovens que confiam na estratégia de habitação na cidade do Funchal. Assim como, a aplicação dos oito milhões euros num depósito a prazo, onde havia a desconfiança do Partido Socialista sobre aquela matéria, e que gerou um rendimento de juros em três meses, no valor de vinte mil duzentos e cinquenta euros, que deram ensejo a cento e trinta e cinco cartões, no valor de cento e cinquenta euros, distribuídos a pessoas com necessidades específicas a nível social identificadas pelo serviço social da Câmara Municipal do Funchal, para aquisição numa superfície comercial alimentar de bens de primeira necessidade. ----- Terminou perguntando à bancada do PS se foram ou não bem aplicadas as verbas no valor de um milhão de euros da Revisão Orçamental de 2022, para o CCIF - Centro Cultural de Investigação do Funchal, que votaram contra. -----


**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, categorizou o Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta de suprassumo da demagogia, porque votou favoravelmente os Orçamentos e os Planos de dois mil e catorze a dois mil e dezoito e tudo o mais que eram propostas da Mudança e da Confiança, e atualmente diz que para trás nada se fez. Também lembrou que o CCIF - Centro Cultural de Investigação do Funchal, na transição após o ato eleitoral, não foi entregue pronto, mas foi entregue com alguma coisa foi feita. -----

**INTERVENÇÃO: -----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, sobre o IMI manifestou que o considera um dos impostos mais injustos, por isso, se assim a lei o permitisse, a primeira habitação deveria ficar isento de IMI e quem tivesse mais do que uma





habitação devia de pagar o máximo.-----

Sobre o **IRS** considera que até mil e quinhentos euros / pessoas singulares e três mil euros/casal, não deviam pagar IRS.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, para apresentar a **Proposta de alteração ao Imposto sobre o rendimento de Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município do Funchal – Apresentada pelo PS**, que se transcreve: “A alínea f), do artigo 14º. da Lei nº 731/2013, de 3 de setembro, dispõe que constituem receitas dos municípios o produto da participação nos recursos públicos determinada nos termos do disposto nos artigos 25º. e seguintes. -----

De acordo com o estatuído no nº 1, do artigo 26º do citado diploma, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº. 1 do artigo 78º. do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do nº. 2 do artigo 69º. -----

Nos termos dos nºs. 2 e 3, da referida disposição legal, a participação referida na alínea anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquela a que respeitam os rendimentos, sendo que a ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios. -----

Assim, propomos que a Assembleia Municipal delibere, ao abrigo das alíneas c) e d) do nº,

1 do artigo 25º. da Lei nº. 751/2013, de 12 de setembro, e da alínea d) do nº. 4 do artigo 30 do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal, aprovar:-----

Fixar a participação do Município do Funchal no imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município do Funchal, tendo por referência os rendimentos do ano de 2024 em 0%, devolvendo aos Municípes 5% dos 5% a que o Município tem direito."-----

**- INTERVENÇÃO:**-----


--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, começou por referir que o PS conseguiu fazer em dois mil e vinte e três aquilo que se esqueceram de fazer em dois mil e vinte, quando o executivo camarário do PS não apresentou a documentação necessária àquela Assembleia para que houvesse devolução de IRS. Em que as vítimas dessa incompetência e incapacidade, foram todos os funchalenses que não tiveram a devolução de IRS nos anos seguintes. Mas a Coligação Funchal Sempre à Frente já assumiu que vai cumprir e vai devolver a totalidade do IRS até ao final do mandato. -----

Depois referiu-se ao título da notícia do *Diário de Notícias da Madeira: Auditoria arrasa gestão do PS na Junta de São Martinho*. -----

Terminou fazendo um pedido sincero à bancada do PS para que nunca mudem, para continuarem assim vergados de chapéu estendido a Lisboa a agradecer tudo o que o Governo da República dá à Madeira, porque é dessa forma que continuarão na oposição a definhar dia após dia como aconteceu no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e três. -----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, questionou o Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques, se teve a oportunidade de ver a notícia



do *Diário de Notícias da Madeira* sobre a publicação do Tribunal de Contas que arrasa o controle da despesa pública na Madeira, porque o Juíz Conselheiro identificou, em vários relatórios, contratos ilegais, uso abusivo de ajustes diretos, falta de fiscalização na atribuição de apoios a empresas e a instituições de cariz social, investimento público em empresas que acumulam prejuízos de milhões, como a Madeira Parques e o elevado nível da dívida regional.-----

--- **O Senhor deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, sobre relatórios do Tribunal de Contas, recordou ao Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes as recomendações bastante gravosas do Tribunal de Contas sobre empresas municipais, que embora não geridas diretamente pelo BE, era caucionada pelo BE naquela Assembleia Municipal.-----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, da CDU**, em relação ao Pacote Fiscal manifestou que apesar de existirem algumas questões que não concordam, nomeadamente a majoração em 30% sobre os prédios devolutos, irão acompanhar o IMI Familiar e a questão do IRS.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente**, uma vez que foi chamada à coação uma Freguesia do Município do Funchal para ali denegrir pessoas que estão em cargos a tentar fazer o melhor que podem e sabem, recomendou, sobretudo ao BE, para não baralhar a Assembleia com outros assuntos e argumentos.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** lembrou que o ponto de assuntos do interesse local já acabou, por isso pediu para se cingirem ao ponto sobre o Pacote Fiscal que está em debate.-----

De seguida deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, que relativamente ao IRS e à sua devolução aos munícipes, transmitiu que a possibilidade de o Município devolver o IRS aos munícipes, iniciou-se em dois mil e sete e que enquanto o PSD foi executivo até dois mil e treze, foi devolvido zero aos munícipes ficando a autarquia com os 5% durante esses anos. Depois os dois executivos, Mudança e depois Confiança, aprovando já o orçamento para dois mil e catorze, fizeram a primeira devolução de IRS aos munícipes, que incidiu sobre os rendimentos de dois mil e catorze e que foram devolvidos em dois mil e quinze. Assim, em dois mil e quinze foram devolvidos um milhão duzentos e trinta mil e trinta e seis euros, um milhão duzentos e quarenta mil novecentos e vinte e um euros em dois mil e dezasseis, em dois mil e dezassete um milhão cento e sessenta e nove mil setecentos e quarenta e cinco euros, em dois mil e dezoito um milhão oitocentos e cinquenta e quatro mil setecentos e quarenta e dois euros, em dois mil e vinte um milhão novecentos e sessenta e três mil trezentos e sessenta e um euros e em dois mil e vinte e um, último ano mandato do executivo Confiança, devolveu três milhões trezentos e cinquenta e dois mil cento e noventa e nove euros, representando uma taxa aprovada de 2,5%. -----

Sobre o cumprimento da promessa do atual executivo da devolução dos 5%, se não aprovarem a proposta do PS anteriormente apresentada, não a irão concretizar porque os munícipes do Funchal só irão receber 4% de IRS, pois a proposta apresentada pelo executivo dos 4%, irá incidir sobre os rendimentos de dois mil e vinte e quatro que vão ser devolvidos em dois mil e vinte e cinco. -----

Relativamente à pseudo auditoria da Junta de Freguesia de São Martinho, esclareceu que não é uma auditoria, porque o próprio Revisor Oficial de Contas, diz que aquele documento *não constitui uma auditoria nem uma revisão limitada de acordo com as normas internacionais, pelo que não expressam qualquer garantia de fiabilidade sobre as*

informação que sustentam a realização do nosso trabalho. -----

- DEFESA DA HONRA: -----

--- O Senhor Deputado Municipal Marco Paulo Teixeira Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, dirigindo-se à Senhora deputada Municipal Andreia Caetano, defendeu que se a mesma tivesse lido o relatório que já lhe foi entregue, saberia que aquela auditoria foi baseada numa amostra e que, por isso, é que dizem que não é completa. -----

- INTERVENÇÃO:-----

--- O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente, contestando o que disse a Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano, disse que no dia vinte e dois de novembro de dois mil e treze, o Ex-presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, sobre a devolução de IRS, disse numa entrevista ao *Diário de Notícias da Madeira: os problemas causados pela deliberação da última Assembleia Municipal, que reduziu em 1% as previsões de receitas da Câmara em termos de devolução do IRS, não estava nos planos desta vereação e vem mesmo condicionar as contas para o próximo orçamento*. Por isso, a devolução de IRS foi contra a vontade do Partido Socialista, que assim que foi obrigado a cumprir essa devolução aumentou imediatamente a DERRAMA municipal, com o apoio de todos os outros partidos que formavam a Geringonça. -----

--- A Senhora Vice-presidente da Câmara explanou: "O ato constitutivo do direito a receber o IRS de 5% ocorre até novembro de 2024, porque é através dessa altura que tem que ser inscrito na Autoridade Tributária. A Senhora Deputada quando compra, por exemplo, um carro faz o contrato de financiamento este ano e traz o carro no próximo ano, a sua responsabilidade está assumida no ano anterior. Este executivo cumpre e ultrapassa até, as promessas que tem feito e de facto até novembro de 2024 vai abdicar já para as

receitas de 2025, porque essas já não entram em 2025 na Câmara, de 5% do IRS que se irá materializar aos rendimentos de 2025 que serão a pagar ou a receber em 2026. Mas uma coisa é o direito constitutivo, outra coisa é o efeito de tesouraria. Não perceber isto ou perceber e querer confundir faz toda a diferença."-----

**- INTERVENÇÃO:-----**

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, refutou: "O que eu disse é que os funchalenses não vão receber até ao final do mandato, os 5% de IRS que a Câmara pretendia devolver e isso é factual. Vir com a questão da reprodução de efeitos, tem agora a oportunidade, com a proposta de alteração do PS, produzir efeitos nos rendimentos do próximo ano e a devolução a ocorrer em 2025. É isto que interessa aos funchalenses, não é se entra na receita do Município ou não. Os funchalenses querem saber se vai cumprir com a promessa de ver devolvido em 2025 os 5% de IRS e isso não vai acontecer."-----

--- **O Senhor Presidente colocou à votação o Ponto Dois - Pacote Fiscal 2024, ao abrigo do disposto nas als. c) e d) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09: -----**

**- Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), aprovado por maioria** com trinta e três votos a favor sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS e um voto do PDR. Mereceu ainda um voto contra do MPT e duas abstenções, uma do BE e uma da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco Aurélio da Mata Pereira e Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira do PS, Egídio Paulo Caires Fernandes e Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa do PAN.-----

**- DECLARAÇÃO DE VOTO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que o IMI

é um imposto muito injusto, porque depois da aquisição da habitação é necessário pagar mais impostos e que se habitação tiver necessidade de algumas obras, não é a Câmara Municipal a comparticipar, mas sim o proprietário.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia continuou a votação do Pacote Fiscal 2024: -----

- **IMI Familiar – Prédios de Sujeitos Passivos com Dependentes a Cargo, aprovado por unanimidade** com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, um voto do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco Aurélio da Mata Pereira e Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira do PS, Egídio Paulo Caires Fernandes e Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa do PAN.-----

--- Depois colocou à votação a **Proposta de alteração ao Imposto sobre o rendimento de Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município do Funchal – Apresentada pelo PS, não aprovada** com vinte e quatro votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda doze votos a favor sendo oito votos do PS, um voto do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco Aurélio da Mata Pereira e Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira do PS, Egídio Paulo Caires Fernandes e Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa do PAN.-----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT, declarou que o MPT aprovou aquela proposta, assim como aprovará a da autarquia, porque considera**



R  
JM  
Ló.

injusto que as pessoas que têm o ordenado médio têm de pagar IRS. Por isso, considera que mil e quinhentos euros para pessoas singulares e três mil euros para casal, não deviam de pagar IRS.-----

--- **Voltando ao Pacote Fiscal 2024 foi colocado à votação:**-----

- **Participação no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), aprovada por unanimidade** com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, um voto do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco Aurélio da Mata Pereira e Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira do PS, Egídio Paulo Caires Fernandes e Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa do PAN.-----

- **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), aprovada por unanimidade** com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, um voto do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco Aurélio da Mata Pereira e Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira do PS, Egídio Paulo Caires Fernandes e Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa do PAN.-----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, em primeiro lugar mostrou regozijo por aquele Pacote Fiscal de 2024, ter sido aprovado na totalidade. Depois parabenizou a Câmara e a Mesa daquela Assembleia Municipal, por novamente ter permitido que cada Deputado Municipal pudesse



votar individualmente cada uma das propostas, ao contrário da anterior vereação, que forçava o voto global para impedir que os Deputados Municipais se pronunciassem sobre cada uma daquelas medidas. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, declarou que lamentam que a proposta apresentada pelo Partido Socialista não tenha sido aprovada, porque poderia ainda produzir efeitos até ao final do mandato, pelo que, assim os munícipes só irão apenas receber 4% do IRS, ao contrário dos 5% que foram prometidos. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Três - Aprovação do Projeto de Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Fiscais à Aquisição de Habitação e à Reabilitação Urbana por Jovens no Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, elucidou: "Dar nota neste ponto que este é um benefício fiscal criado na Câmara Municipal do Funchal, nunca existiu anteriormente. Portanto, é a primeira vez que não só a Câmara Municipal do Funchal o tem, o implementou desde janeiro de 2023, como toda a Região Autónoma da Madeira. Oxalá venham mais a copiar a nossa medida que se tem revelado eficaz e eficiente. É uma medida de apoio intenso aos jovens quer casais, como individuais que podem beneficiar da isenção do IMT e da isenção por 5 anos mais 5 de IMI. No entanto, quando este Regulamento foi aqui presente mais a nossa proposta regulamentar e que foi aprovada, versava que a Câmara Municipal do Funchal iria devolver de forma célere, o IMT que os jovens tivessem que fazer junto da Fazenda Nacional e da Autoridade Tributária Regional e depois, a Câmara faria imediatamente a sua devolução após o ato da escritura. Entendeu a Autoridade Tributária Nacional, que é ela que deve de fazer a devolução, como as verbas do IMT entram na Fazenda Nacional e o facto da Câmara já ter feito o registo do benefício fiscal, não recebe logo no próprio ano estes valores de que abdica, no entanto a Autoridade

Q  
Sem  
L0.

Tributária Nacional exige a ela própria a fazer a devolução. Para cada problema com que nos confrontamos arranjam os pelo menos 10 soluções, e aquela que é mais exequível é, se assim o entendimento, nós fazemos a revogação do artigo 13º e pura simplesmente os jovens não têm que receber dinheiro de ninguém do IMT, porquanto já vai ficar uma isenção à cabeça e os jovens vão à escritura sem pagar IMT, é esta a proposta que se traz aqui. Qualquer jovem para fazer a escritura da sua habitação, deverá passar a vir, logo que o regulamento estiver em vigor, ao Município do Funchal que emitirá uma declaração do cumprimento dos requisitos habilitantes a esta isenção, se assim se verificar, extrai uma certidão e é entregue ao munícipe, este vai à Autoridade Tributária Regional onde obtém uma liquidação de pagamento zero do IMT, e faz a sua escritura se antecipar qualquer valor de IMT. É isto que hoje trazemos para operacionalizar.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Três - Aprovação do Projeto de Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Fiscais à Aquisição de Habitação e à Reabilitação Urbana por Jovens no Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09** à votação, sendo **aprovado por maioria** com trinta e oito votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, dois votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e uma abstenção da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco Aurélio da Mata Pereira e Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe da Coligação Funchal Sempre à Frente e Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE.-----

**- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----**

--- O Senhor Deputado Municipal **Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que aquelas são boas medidas e que o MPT votará sempre a favor medidas semelhantes àquelas.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, declarou que para aquela bancada é uma satisfação poderem fazer parte daquela votação e aprovar aquela alteração, porque a mesma, para além de provar que aquele executivo quando verifica um obstáculo e um problema é capaz de encontrar uma solução, vai ajudar as famílias e os jovens que adquiram casa.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia anunciou o **Ponto Quatro - Projeto do Regulamento de Acesso a Bolsas a Estudantes do Ensino Superior, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que não foi apresentado.

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, interveio dizendo: "Como sabem e isso é uma bandeira já há muito explícita nos programas do Partido Socialista, a educação constitui-se sempre como uma aposta estratégica na promoção da qualidade de vida, da coesão social e do desenvolvimento económico de uma cidade, de um país ou de uma região. Sabemos que investir na educação é uma opção estratégica que é feita no presente, mas sempre com o olhar no futuro porque é lá que os resultados positivos se notarão. Por essa razão os executivos dos anteriores 8 anos fizeram apostas concretas tanto em educação formal, como em educação não formal e até informal, apostas essas de largo espectro abrangendo todas as famílias dos diferentes escalões sociais no acesso à frequência do ensino nos seus diversos graus. Criamos este apoio a estudantes do ensino superior, porque achamos que este era um apoio que tinha que ser feito para ajudar as famílias, para os jovens do Funchal e para apostar na melhoria das habilitações da nossa população. Tivemos sempre como fio condutor, que a classe média é quem paga os impostos neste País, nesta Região, mas acaba sempre por ficar de fora, de não usufruir dos benefícios das medidas em que ela

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

própria investe através dos seus impostos. Por isso, é que nós nunca esquecemos estas famílias neste tipo de medidas, nem que fosse num valor simbólico para de alguma forma as famílias sentirem que havia um retorno nos benefícios que a Câmara ia criando. Às vezes parece-me que este executivo esquece-se que desde 2020 muitas famílias com a Covid 19, começaram a ver a sua situação financeira a deteriorar-se, depois foi a guerra da Ucrânia com as subidas das taxas de juro, com a subida também da inflação e esta seria uma excelente oportunidade, na nossa opinião, para aumentar o valor das bolsas, e nós sabemos que este programa veio de anteriormente e continua a ser desenvolvido por este executivo, e bem, porque nós achamos que as questões da educação, da cultura e da saúde são questões que têm que ter uma unanimidade na sua construção dos diferentes partidos, e é assim que se trabalha em colaboração. Mas realmente temos pena que não tenham aproveitado esta alteração para de alguma forma melhorar e aumentar os apoios, e notamos que a partir de agora quem tem mais de dois IAS e meio, fica excluído daquele apoio que é simbólico, que é os 250 euros anuais, mas que de alguma forma davam para simbolicamente, também, pagar as 4 passagens por ano que as famílias teriam. Portanto, o que nós vemos aqui, e sendo que vamos votar a favor, é que lamentamos que não tenham aumentado os valores das bolsas em questão, porque as famílias têm visto um agravamento enorme no pagamento dos juros da sua habitação, nos custos provocados pela inflação e também lamentamos constatar que a partir de agora há famílias que ficam de fora, porque desde que tenham mais do que dois IAS e meio ficam excluídas dos 250 euros que antigamente podiam beneficiar deles.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o MPT também subscreve que é importante apoiar cada vez mais os estudantes, porque os ordenados médios das famílias não subiram. Contudo, não concordam com o IAS de 2,5, porque os duzentos e cinquenta euros ajudam nas propinas e nas fotocópias. -----



--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** esclareceu: "Antes de mais dizer-vos que este executivo valoriza a educação ao longo da vida quer formal quer informal, nós tivemos uma aposta na educação em que dotamos verba e aumentamos em mais 70% os apoios na área da educação, só nas bolsas de estudo aumentamos mais 82% com 2 milhões de euros dotados em orçamento. Dizer-vos que as bolsas neste momento vão até ao doutoramento. Este regulamento esteve um mês em consulta pública, mas não recebemos qualquer contributo da vossa parte ou de qualquer cidadão para melhorá-lo. Este regulamento tem por objetivo aumentar os valores a atribuir e acima de tudo, também, apoiarmos os estudantes deslocados, que à luz do anterior regulamento eram penalizados, podendo acumular a bolsa atribuída pelo Governo Regional com a bolsa atribuída pela Câmara Municipal do Funchal. E indo buscar o último escalão que tem a ver com os 2.5 IAS, perfazem um valor de cerca de 1200 euros per capita, portanto uma família de classe média com 2 filhos a estudar na faculdade que aufera líquidos 4800 euros mensais, recebe bolsa de estudo. Julgo que este é um apoio que está equilibrado, que chega a todos e que pretende não penalizar as famílias que têm custos acrescidos com os filhos que estão a estudar fora da Região, não só para fazer face ao agravamento económico e financeiro que se sente, mas também porque estes estudantes acabam por ser mais penalizados na República. Na lógica deste executivo daquilo que são os apoios sociais, estes não podem ser distribuídos de uma forma irresponsável, têm que ter rigor, estamos a falar de dinheiro que vem do erário público, por isso têm que ser aplicados e regulados com muito rigor, mas neste caso chegamos à classe média não só neste apoio, como de uma forma transversal a todos os apoios sociais da Câmara Municipal do Funchal. Todos os regulamentos que têm sido alvo de alteração, têm tido em conta a classe média que no final do mês muitas vezes acaba com muita dificuldade para fazer face às suas despesas." -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**

lamentou que o atual executivo passe um atestado de menoridade aos Deputados Municipais da oposição, porque perceberam que é per capita. Sobre não ter havido qualquer contributo na consulta pública, disse que o papel dos Deputados Municipais não é participar nas consultas públicas, mas fazer ali a avaliação da documentação que lhes é trazida, e das implicações que estão em causa nos documentos. Também lembrou, que o alargamento, e muito bem, daquele apoio das bolsas aos mestrados e aos estudantes dos cursos técnicos, foi uma proposta que também os Vereadores da Confiança fizeram em local próprio. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Quatro - Projeto do Regulamento de Acesso a Bolsas a Estudantes do Ensino Superior, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que foi aprovado por **unanimidade** com trinta e nove votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, dois votos do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco Aurélio da Mata Pereira da Coligação Funchal Sempre à Frente, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa do PAN. -----

--- Depois passou ao **Ponto Cinco - Início do Procedimento da Revisão do Regulamento de Apoio à Natalidade e à Família, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que também não foi apresentado. -----

**- INTERVENÇÕES:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS**, transmitiu que o Partido Socialista defende que face à conjuntura já referenciado, deveriam de ter feito um aumento significativo naquela Revisão ao Regulamento de Apoio à Natalidade e à Família. Pelo facto de ter sido retirada a alínea referente aos dependentes que frequentavam os



cursos técnico profissionais e outros, perguntou se os mesmo não terão acesso aos apoios. Perguntou, também, se uma família residir no Funchal, mas por opção própria trabalhar noutra Município e levar os seus filhos para uma instituição educativa desse concelho, os mesmos têm direito à atribuição dos apoios escolares, assim como os apoios às creches e aos jardins de infância?-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Fabíola Maria de Sousa Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, manifestou que o intuito daquele regulamento é aumentar o apoio que querem dar às famílias, e também alargar a abrangência do número de famílias que também possa usufruir do mesmo. Tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e das famílias no Município do Funchal, tentando contribuir para aliviar as suas despesas a nível da saúde, da alimentação e da educação, como tal, propõem em primeiro lugar uma subvenção à natalidade que seja anual, tendo em conta que anteriormente seria mensal. Relativamente ao apoio da mensalidade das creches e jardins de infância, aumentou de vinte e cinco para cinquenta euros, e depois alargar o apoio que existe a nível da comparticipação de despesas da saúde e da alimentação, que pode ir dentro dos cinquenta euros, tendo em conta uma atualização para 1,5 do IAS, para os duzentos euros por ano. Aquelas são medidas concretas que já foram aplicadas para um melhor apoio face às condições atuais que existem na população, e de forma a tentar aumentar a fixação das famílias no Município do Funchal. Nesse sentido, já foram pagos em dois mil e vinte e um cerca de trezentos e trinta e nove mil euros, em dois mil e vinte e dois trezentos e oitenta e um vírgula nove mil euros e de janeiro a agosto de dois mil e vinte e três, trezentos e vinte e oito mil e quinhentos euros. Portanto, desde o início da sua implementação até à data, já foram apoiados dois mil novecentos e cinquenta e três munícipes da autarquia do Funchal. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do**



**PS**, começou por mostrar satisfação e louvor por o atual executivo continuar a fazer um trabalho que foi construído pelos anteriores executivos, porque é assim que se consegue encontrar soluções para a população. Contudo, reprovou o pouco investimento nos estudantes do secundário, porque acham que uma vez que foi recusada a sua inserção no programa dos manuais, cento e trinta euros é muito pouco para as famílias com filhos que estão a estudar no secundário. Depois disse que esperava que naquela revisão tivessem incluído as promessas que estavam no programa daquele executivo, como as creches gratuitas para os casais jovens que se fixem no centro, e o tutor social para acompanhamento de crianças e jovens de famílias carenciadas, mas afinal encontrou zero.

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, por quem de direito não lhe soube esclarecer, perguntou à Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes, se acha que a não colocação das propostas que há mais ou menos dois anos foram colocadas na campanha eleitoral e que ainda não estão no terreno, é uma estratégia de deixar tudo para quando se avizinhar o ano de eleições. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, respondeu que apesar de achar excelente a medida das creches gratuitas para os casais jovens que fixem no centro, tende a concordar com o Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes, porque o Funchal Sempre à Frente faz política para que os funchalenses esperem até ao próximo ato eleitoral, para eles prometerem na véspera, dando como exemplo a promessa de devolução dos 5% do IRS.-----

**- INTERVENÇÃO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que irão apoiar aquela proposta, porque a consideram importante. Contudo, lembrou que hoje em dia é muito difícil ter filhos a estudar e que, também, não existe um apoio às famílias para



terem filhos. -----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** informou: “Relativamente a este apoio o mesmo passa a dar mais a quem mais precisa e chegando à classe média. É importante que não esqueçamos que este executivo desde que entrou, aumentou em quase 50% os apoios sociais na sua generalidade e este apoio específico teve um aumento de quase mais 20%, face ao que acontecia no executivo anterior. Nesta alteração de regulamento para além de darmos mais a quem precisa, temos um duplicar de apoio à creche tendo em conta as necessidades que nós percebemos enquanto poder local, os nossos serviços estão atentos, temos um gabinete de apoio social que também foi criado para este efeito numa lógica de proximidade e também de respeito e dignidade pelas nossas pessoas, que nos vai reportando esta que é a nossa realidade social, por isso, é que trazemos esta alteração deste regulamento. Também vamos passar a dar estes apoios de uma só vez, para que as pessoas possam em alguma fase do ano mais crítica, gerir os seus orçamentos. Dizer-vos que este apoio, como todos os outros, será sempre complementar entre si e a todos os apoios pelo Governo Regional e pelas IPSS. É esta a nossa lógica de apoio social, não é repetir, é apoiar quem precisa por forma a que as famílias possam de alguma forma elevar-se socialmente e ter iguais oportunidades. Também dizer que aqui o per capita aumentou e passa a chegar a mais famílias e à classe média. Também dar nota de um protocolo que este executivo irá celebrar em breve, e está tudo acordado com a Fundação “la Caixa”, no âmbito do Programa Proinfância, em cerca de 100 mil euros por ano para apoiarmos 50 famílias. Será um projeto piloto na Região que incidirá em duas freguesias, em que cerca de 100 crianças e as respetivas famílias, crianças em situação de vulnerabilidade em vários níveis, mas sobretudo do ponto de vista social, serão acompanhadas por tutores durante algum tempo que irão assegurar a salvaguarda de algumas necessidades que estas famílias evidenciam. O nosso objetivo é



depois esticar este programa a outras freguesias e tudo indica que será possível fazê-lo."

--- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente,** quis reforçar quer ao Partido Socialista, quer ao Bloco de Esquerda e aos outros partidos ali presentes, que as próprias Juntas de Freguesia têm um papel fundamental nos apoios sociais e nos apoios à natalidade. Também muitas delas aumentaram os apoios sociais e criaram novos apoios sociais, o que vem reforçar e complementar tudo aquilo que é feito pela Câmara Municipal do Funchal, como também o que é feito pelo Governo Regional, para não deixar ninguém para trás. -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS,** perguntou ao Senhor Deputado Municipal Tiago Freitas se nos apoios que a Junta que preside dá, se se preocupou em cumprir o programa do PSD, colocando no seu orçamento as creches gratuitas para os casais jovens que se fixem no centro do Funchal ou no centro da Freguesia, e se também se preocupou em trabalhar a questão do tutor social para acompanhamento de crianças e jovens de famílias carenciadas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente,** respondendo pela Junta de Freguesia de São Gonçalo disse que apoiam os jovens casais pais, para isso dispõem de vinte e seis mil euros por ano para todas as crianças que nascem na freguesia. Também têm dez mil euros por ano para as crianças das escolas, num apoio complementar ao que faz a Câmara Municipal do Funchal e o Governo Regional. E acompanham na integra tudo aquilo que o programa da Câmara emanou. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS,** voltou a perguntar:-----

- Se os dependentes que estão a frequentar cursos técnicos profissionais ou outros, terão ou não apoios?-----

- Se as famílias que residem no Funchal e que optam, por uma questão profissional, de inscrever os seus educandos numa instituição educativa de outro concelho, se terão acesso ou não aos apoios.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Cinco - Início do Procedimento da Revisão do Regulamento de Apoio à Natalidade e à Família, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09** à votação, que foi **aprovado por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, dois votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco Aurélio da Mata Pereira da Coligação Funchal Sempre à Frente e Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia anunciou o **Ponto Seis - Regulamento da Equipa Multidisciplinar de Coordenação, Intervenção, Monitorização e Avaliação da Estratégia Municipal para a Pessoa em Situação de Sem-Abrigo/CIMA, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que também não foi apresentado.-----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- O Senhor Deputado Municipal José Júlio de Carvalho Gomes Curado, do PS, pediu lhe informarem onde pode encontrar a Estratégia Municipal para a pessoa em situação de sem-abrigo 2023/2027, porque apesar de ser referida título e nos considerandos não a conseguiu localizar.-----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, manifestou: “Eu acho que perante aquilo que nos é apresentado impera que nos congratulemos com o trabalho que esta Câmara Municipal tem vindo a fazer, relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo. Esta é outra matéria em que devíamos estar todos unidos e o que aconteceu no passado e que às vezes continua a acontecer, é uma certa partidarite que vai entrando nas estratégias e nos objetivos e nas missões que esta Câmara Municipal acolheu. Portanto, ver que teremos a partir de agora a continuação do trabalho que já tem vindo a ser feito, mas através de uma equipa multidisciplinar, onde acontecerá uma coisa que é muito importante e que deveria de acontecer também em outras alturas, que é uma articulação, uma sinergia, uma concentração de esforços porque em primeiro lugar e principalmente em matérias como esta, devem de estar efetivamente as pessoas. Portanto, a minha intervenção vem no sentido de congratular o executivo de disponibilizar também o nosso trabalho de grupo municipal sempre que seja necessário, de congratular este trabalho, esta equipa que surge e estes esforços que agora congregados continuarão e irão sedimentar esta estratégia em prol das pessoas em situação de sem-abrigo, porque falar é fácil, trabalhar nesta área é muito complicado e nós precisamos de congregar todos estes esforços e todas estas entidades que estão aqui para mudar a vida das pessoas, e se nós mudarmos a vida de uma pessoa, todo este esforço já valeu a pena.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Júlio de Carvalho Gomes Curado, do PS**, expôs: “Na nota justificativa deste regulamento para a criação do CIMA Funchal, bem como no artigo 1º do regulamento que se propõe, se refere com pertinência, acrescento os artigos 1º, 2º e 13º da Constituição da República Portuguesa relativos à dignidade, à pessoa humana, à salvaguarda de direitos e liberdades fundamentais e princípios de igualdade e não discriminação. Ainda assim, tratando-se da problemática de pessoas em situação de

sem-abrigo, noto com alguma estranheza a ausência de referência do nº 1 do artigo 65º referente à habitação, *todos têm direito para si e para a sua família a uma habitação de dimensão adequada em condições de higiene e conforto que preservem a intimidade pessoal e privacidade familiar*. Também não encontrei referência a alojamento, ao conceito de 'housing first' ou outros com outros propósitos análogos. De igual modo no artigo 4º na composição do CIMA Funchal, notamos a ausência de instituições que julgamos relevantes para este processo, nomeadamente a SocioHabitaFunchal e o IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira. Gostaríamos ainda, de pedir alguma clarificação sobre as alíneas no artigo 6º, na al. a), clarificar o sentido da frase da al. x). No artigo 10º surge uma aparente nova entidade, a coordenação interinstitucional, que não está apresentada em nenhum dos pontos ou artigos anteriores.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, perguntou à Senhora Vereadora Helena Leal se a estratégia dos cacifos e das caixas de correio para os sem-abrigo, foi ou não algo que tivesse resolvido o problema a uma sequer pessoa.-----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** informou: “É importante que se perceba que a CIMA Funchal será uma equipa multidisciplinar, que terá pela primeira vez interlocutores que farão a ponte entre aquela que é a estratégia municipal e todas as entidades que estão no terreno, porque esta é uma problemática de toda uma sociedade que nos tem que envolver e que não se pode resolver com medidas avulsas desintegradas e desagregadas. Por isso, é que se constitui esta equipa, a CIMA Funchal, que vai coordenar e operacionalizar aquela que é a estratégia municipal para pessoas em situação de sem-abrigo, e que será apresentada publicamente no próximo mês de outubro. Esta equipa vem ser formalizada mesmo não sendo obrigatório haver um regulamento para a mesma, mas da nossa parte, com base na transparência e naquilo que é o trabalho que o

nosso executivo leva a cabo todos os dias, fizemos questão de trazer a esta Assembleia um regulamento que possa também mostrar aquilo que se está a fazer e a pensar fazer. Portanto, aqui não poderia encontrar cacifos e caixas de correio, não iríamos encontrar os eixos de intervenção que fazem parte da estratégia municipal, que tem a ver com a sinalização, a prevenção onde se inclui uma serie de situações, inclusão, otimização, transição, reinserção e onde entra a parte da resposta habitacional para estas pessoas. É importante dizer-se que este é um documento que surge agora, mas o trabalho está a ser feito desde que se tomou posse. É muito importante que não se anule o trabalho que o executivo tem feito, mas sobretudo que os nossos funcionários fazem todos os dias no terreno. O dizer que não se tem feito nada, não estão a só nos acusar a incompetência, estão sim a colocar em causa o trabalho que é levado a cabo sol a sol pelos nossos funcionários todos os dias. Pois, todos os dias nós trabalhamos nesta matéria, temos muitas medidas implementadas desde o eixo da habitação, a primeira habitação solidária, com vista já a uma segunda habitação solidária para mulheres, que será implementada e aberta no início de 2024. Temos várias em termos de emprego, protocolos com privados, a própria Câmara Municipal também tem assegurado essa situação, temos um funcionário que integrou os nossos quadros e com mérito, e aquilo que é importante também dizer é que esta equipa vem coordenar, vem efetivar aquela que é a nossa estratégia para pessoas em situação de sem-abrigo, vem fortalecer a nossa visão nesta matéria, vem operacionalizar as nossas linhas de ação que depois terão conhecimento quando for apresentada a nossa estratégia. Pretendemos que esta esquipa multidisciplinar constitua um agente de intervenção no terreno, com a mitigação de fatores de risco, com grandes objetivos, mas sobretudo de encontrar as soluções conjuntas e não encerradas em nós próprios, isto é um trabalho de toda uma sociedade e que tem de ser feito em parceria com a sociedade. Neste sentido, dizer-vos que o nosso grande objetivo tem sido capacitar as pessoas. Por





isso, há um trabalho em rede e de base que muitas vezes é invisível, um exemplo que é dado, a nossa habitação solidária, que já está em curso algum tempo, em que estas pessoas não foram lá colocadas aleatoriamente, há um programa, há um projeto na sua base, foram avaliadas, foram capacitadas e são todas acompanhados por um gestor de caso. Esta equipa também faz a agregação de toda a população sem-abrigo, para, também, nós termos uma noção daquela que é a realidade social nesta matéria em específico, e não podemos estar a deixar, sem desmérito pelo trabalho das associações, numa associação a coordenação ou a gestão da estratégia que é municipal e que é importante que esteja a ser coordenada pelo Município, sempre em parceria com as associações e com as entidades do Governo Regional. Portanto, dizer-vos que esta equipa será coordenada pela Câmara Municipal do Funchal em parceria com todas as associações e todos os que se queiram juntar à solução." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT,** considera importante monitorizar e ter algo no campo, por isso as equipas também têm de fazer com que as pessoas voltem para casa e para a família. E é uma causa em que toda a sociedade deve de se envolver, porque ficar na rua pode acontecer a qualquer família. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Júlio de Carvalho Gomes Curado, do PS,** retorquiu que por não estarem contra o CIMA Funchal e a estratégia municipal para as pessoas em situação de sem-abrigo, sugeriram que fosse incluído nessa equipa CIMA pelo menos um/a representante nomeado/a por aquela Assembleia. De igual modo, julgam que nas competências do CIMA, elencadas no artigo 6º, deve de constar a apresentação e a partilha dos relatórios de atividades anuais, elaborados ao abrigo da al. o) do referido artigo, e dos relatórios mensais de atividades de execução da EMPSSA - Estratégia Municipal para a Pessoa em Situação de Sem-Abrigo do Funchal, referidos na al. c) do artigo 9º desse mesmo regulamento. Consideram ainda que a dispensa da fase de audiência de



interessados, teria de ser através de consulta pública. Como tal, ficam a aguardar que aquelas sugestões possam ser incluídas desde já, ou em revisão. -----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** informou que do ponto vista técnico os Deputados Municipais não podem exercer funções naquela equipa. Porém estarão representados no Conselho Municipal, o ponto que vem a seguir para aprovação, onde são englobadas todas as políticas municipais no âmbito da saúde. -----

--- Colocado à votação o **Ponto Seis - Regulamento da Equipa Multidisciplinar de Coordenação, Intervenção, Monitorização e Avaliação da Estratégia Municipal para a Pessoa em Situação de Sem-Abrigo/CIMA, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, foi aprovado por unanimidade** com trinta e oito votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, dois votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco Aurélio da Mata Pereira e Gonçalo Nuno Pimenta Camacho da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira do PS e Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE. -----

--- Sendo treze horas e vinte e quatro minutos e faltando apenas dois pontos para serem apreciados e votados, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros da Assembleia a sua continuação ou a interrupção para o almoço. -----

Uma vez que foi unânime a continuação dos trabalhos, passou para o **Ponto Sete - Regulamento do Conselho Municipal de Saúde e Bem-Estar, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09.** -----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Alexandrina Liliana Marinho Alves, da Coligação Funchal Sempre à Frente,** deu a conhecer o Regulamento, quais as entidades que irão

integrar aquele Conselho Municipal de Saúde e bem-estar, como um representante de cada coligação, partido político, grupo de cidadãos eleitores ou membros independentes com assento na Assembleia Municipal, representantes de todas as Juntas de Freguesia do concelho do Funchal, estruturas governativas da administração pública central, regional e/ou local, entre outras. -----

O objetivo daquele Conselho Municipal é contribuir para o aprofundamento das políticas governativas municipais, e o impacto das mesmas na saúde e bem-estar dos munícipes do Funchal, garantindo o alinhamento com o Plano Regional de Saúde em vigor. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Sete - Regulamento do Conselho Municipal de Saúde e Bem-Estar, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09** à votação, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e três votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, dois votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco Aurélio da Mata Pereira, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Marco Paulo Teixeira Gonçalves da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira do PS e Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia anunciou o **Ponto Oito - Proposta de Deliberação sobre a Designação do Júri de Recrutamento para o Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau – Chefe da Divisão de Gestão de Frota, ao abrigo do disposto no nº 1 do art.º 13º da Lei 49/2012, de 29/08**, que não sendo alvo de apresentação nem apreciação foi colocado à votação sendo **aprovado por maioria** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, dois votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto da CDU e uma abstenção do MPT. ----

